

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA*

Oscar Alfredo Sobarzo MIÑO**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão acerca da segregação socioespacial urbana do ponto de vista teórico. Reconhecendo a complexidade do tema, nosso aporte não procura esgotá-lo, mas trazer algumas idéias para a discussão. Neste contexto, tenta-se, depois de analisar alguns autores, chegar a uma definição que distinga a segregação da diferenciação e da fragmentação social. Também abordam-se as repercussões da segregação no nível espacial, na convivência social e na distribuição do poder.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Diferenciação socioespacial; Fragmentação socioespacial.

O resultado do atual processo de produção do espaço urbano é a desigualdade. Segundo Gottdiener (1993, p.271), esta desigualdade é o produto final dos processos atuais de crescimento econômico e a sua manifestação no espaço traduz-se na geração de guetos de pobreza, desemprego e crise ambiental. Paralelamente, produz-se o surgimento de áreas exclusivas orientadas aos grupos de maior poder aquisitivo, que contrastam fortemente daquelas associadas aos grupos pobres.

Assim, a segregação da população segundo seus níveis socioeconômicos surge como uma característica da cidade atual. Nosso objetivo é apresentar, nestas páginas, uma pequena reflexão teórica em relação ao conceito de segregação socioespacial, tentando contribuir ao estudo e ao debate sobre o assunto.

1 Definição do conceito

O conceito de segregação apareceu com a Escola de Chicago, sendo definido como um processo ecológico resultante da competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais, analogamente ao que ocorre no mundo vegetal (Corrêa, 1995, p.59). Para os autores da Ecologia Urbana, a segregação resultava dos interesses, gostos e temperamentos da população, e não correspondia a um elemento negativo do espaço urbano.

Esta visão pode ser resumida nas seguintes palavras de Park (1916), nas quais aprecia-se uma defesa da consolidação de áreas socioeconomicamente diferenciadas:

“A segregação com outros de sua laia proporciona não apenas um estímulo, mas também um suporte moral para os traços que têm em

* Esta comunicação expõe parte da revisão bibliográfica da dissertação de mestrado do autor, intitulada “A segregação socioespacial em Presidente Prudente: análise dos condomínios horizontais”, orientada pela professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

** Mestrando no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – 19060-900 – Presidente Prudente – SP – Brasil.

comum, suporte que não encontrariam em uma sociedade menos selecionada” (Park, 1916 apud Velho, 1967, p.70).

O caráter naturalista do enfoque de Park observa-se na denominação das áreas de segregação populacional como “áreas naturais” (Park, 1916 apud Velho, 1967, p.34).

Segundo Gist & Fava (1968, p.167), o nome de “áreas naturais” sugere que se trata de áreas resultantes da competição e que não obedecem a intenções deliberadas, quando na realidade uma área segregada pode ser, totalmente ou em parte, produto de um propósito.

No contexto da Ecologia Fatorial, desenvolvida nos anos 60 e associada ao tratamento estatístico de grandes volumes de informações, abordou-se o tema da segregação socioespacial somente como um exercício estatístico, tentando identificar as características diferenciadas dos distintos setores ou bairros das cidades, mas sem uma preocupação com as causas ou os processos geradores desta diferenciação. Segundo Villaça (1998, p.148), a ecologia fatorial realizou inúmeros estudos sobre a segregação, mas eles somente preocuparam-se em medi-la e não em explicá-la. Em outras palavras, esta abordagem centrou-se na tarefa de revelar a forma como se apresenta o espaço urbano, sem analisar os fatores que influem essa estruturação.

Os autores da chamada Economia Política Marxista, diferentemente dos estudos anteriores, voltaram a ter uma preocupação com os processos e as causas da segregação.

Neste contexto, Castells (1977, p.203-4) define a segregação como a:

"tendência à organização do espaço urbano em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo essa disparidade não somente em termos de diferença, mas de hierarquia".

Reconhecendo que esta definição não consegue explicar o processo, o autor acrescenta que a segregação é um efeito da distribuição do produto entre as pessoas e da distribuição do produto-habitação no espaço, elementos que obedecem a estratégia de reprodução da força do trabalho, em articulação com o conjunto de instâncias da estrutura social (Castells, 1977, p.207, 221).

Para Corrêa (1995, p.61-2) a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais que surge da localização diferenciada destas classes no espaço urbano, devido à capacidade também diferenciada que cada grupo social tem para pagar pela sua residência, a qual é diferente em termos de localização e características.

Nesta mesma perspectiva, a maioria dos autores coincide em definir a segregação como a manifestação espacial das diferenças sociais. Assim, definem a segregação como a expressão no nível espacial de um processo de diferenciação social, ou mesmo de acentuação da divisão social do espaço no interior da cidade (Beltrão Sposito, 1996, p.72); como a manifestação na paisagem urbana da hierarquia social (Carlos, 1996, p.59); como um processo que reitera as desigualdades originadas no mercado de trabalho (Levy, 1997, p.150); como um processo diretamente relacionado à renda familiar devido ao valor diferencial do solo urbano (Bogus, 1991, p.47); ou numa linha mais radical, como consequência da manutenção da propriedade privada do solo urbano (Bonduki & Rolnik, 1982, p.146).

Uma definição que inclui e resume as idéias anteriores é a de O'Neill (1983, p.34). Segundo a autora, a segregação reproduz no espaço a diferenciação social, e surge da

operação de consumo que significa o ato de morar, que separa os indivíduos segundo suas possibilidades econômicas em "arranjos espaciais específicos".

Esta autora distingue dois tipos de segregação: a auto-segregação e a segregação imposta (O'Neill, 1983, p.35). A auto-segregação ocorre, de modo geral, nos grupos de mais alta renda, os quais têm a capacidade para residir em áreas melhor localizadas e equipadas. No segundo caso, a segregação imposta atinge os grupos de baixa renda, os quais não têm, ou quase não têm, a possibilidade de escolha no ato de morar.

Para Villaça (1998, p.147-8), esta distinção é inexistente, já que a segregação corresponde a um processo dialético, onde a segregação de uns provoca a segregação de outros ao mesmo tempo e pelo mesmo processo.

Na visão deste autor, "a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros" (Villaça, 1998, p.142). O objetivo do processo seria a produção pela classe dominante, de um espaço urbano que possibilite a dominação social, econômica e política da sociedade e que otimize a apropriação, em proveito dela, das vantagens da cidade (Villaça, 1998, p.46, 150, 355).

2 Repercussões da segregação

Distinguimos três tipos de conseqüências principais do processo de segregação: espaciais, de convivência social e na distribuição do poder.

As **conseqüências espaciais** são inerentes ao processo de segregação, já que este é um processo que por definição, se manifesta no espaço.

Para Corrêa (1995, p.63), a segregação implica que os terrenos de maior preço da cidade serão utilizados para as melhores residências orientados aos grupos de maior renda que podem pagar por eles, pelo contrário os terrenos com os menores preços, que geralmente são aqueles pior localizados¹, serão utilizados para a construção de residências de qualidade inferior destinadas aos grupos de menor renda.

Singer (1982, p.27) acrescenta que aquelas áreas bem servidas da cidade possuem a maior valorização e são ocupadas pelos grupos de mais alta renda, capazes de pagar um alto preço, enquanto que a população pobre ocupa as zonas mal servidas que são as mais baratas.

Carlos (1992, p.49), por sua vez, considera que, na cidade segregada e fragmentada, as classes de maior renda habitam as melhores áreas, sejam estas as mais centrais ou as periféricas no caso das grandes cidades, nas quais pela poluição, barulho, congestionamento, etc., o centro deixou de ser atrativo. Estes grupos buscam um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidades de lazer. Pelo contrário, as classes de menor poder aquisitivo vão se localizar nas áreas centrais deterioradas, ou na periferia, logicamente não a arborizada, mas naquela onde os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infra-estrutura, à distância das "zonas privilegiadas" da cidade, e onde há possibilidades de autoconstrução.

No caso da região metropolitana de São Paulo é possível identificar na periferia, áreas residenciais que são ocupadas por uma classe de baixo poder aquisitivo e áreas residenciais de alto padrão. As primeiras correspondem aos loteamentos destinados à

¹ A localização destes terrenos não deve ser entendida apenas em termos físicos (distância e qualidade do terreno), mas também em termos da inserção deles no espaço urbano (grau de acessibilidade).

população pobre que se refugia na periferia onde os preços são menores. As segundas, são as moradias destinadas às classes de renda média e alta que fogem da metrópole em busca da natureza e do ar puro, longe dos inconvenientes que o crescimento da cidade trouxe (Carlos, 1992, p.55).

No município de Cotia (Grande São Paulo), apresenta-se claramente o processo de segregação. Segundo Carlos (1994, p.149), nesse lugar encontramos bairros dormitórios, que se subdividem em condomínios de luxo e loteamentos populares.

Os condomínios de luxo são a resposta imobiliária para a classe de alta renda que migra da cidade para bairros arborizados da periferia da cidade, em busca de uma "opção de vida" que a metrópole não pode mais oferecer. A nova solução corresponde, na maioria das vezes a, condomínios fechados, com guardas e guaritas de segurança, arruamento, água, luz, telefone, piscinas e quadras de tênis.

No outro extremo, os loteamentos populares são a resposta para a população que migra em busca de terrenos mais baratos para moradia. Na sua construção, eles têm outro padrão arquitetônico, são lotes menores e casas com pouco ou nenhum conforto e se localizam em áreas sem infra-estrutura.

Um outro exemplo de segregação residencial na Região Metropolitana de São Paulo é o complexo de Alphaville (Souza, 1996, p.54). Este conjunto residencial constitui-se fundamentalmente de 12 condomínios residenciais, nos quais a ocupação é principalmente horizontal, ou seja, composta por casas unifamiliares. Além disso, o complexo caracteriza-se por possuir um centro comercial planejado e comum a todos os condomínios.

Para O'Neill (1986, p.64), no espaço urbano se estabelece uma diferenciação espacial das residências, verificando-se uma tendência à localização dos grupos de mais alta renda nos bairros com boa acessibilidade, espaços de lazer, boa vizinhança e melhores construções. Paralelamente, os terrenos de pior localização, distantes e insalubres, são destinados aos grupos de baixa renda, onde são edificados bairros populares com residências de qualidade e conforto inferiores.

Essa diferenciação e sua correspondente tradução espacial, faz com que as contradições, os contrastes e as desigualdades sociais aflorem na cidade. O acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo de material de construção espelham nitidamente as diferenciações de classe (Carlos, 1992, p.77-8).

No caso de Rio de Janeiro, Mello (1981, p.96) destaca que o processo de segregação espacial, com bairros cada vez mais homogêneos, em termos de renda, passou a ser mais visível da década de 70 em diante, quando o modelo urbano carioca assumiu dicotomias entre áreas mais marcadas e se produziu a periferização da pobreza, aumentando definitivamente as distâncias espaciais entre as classes sociais.

Neste contexto, este autor, mostra que a Zona Sul de Rio de Janeiro tende a apresentar a maior segregação, na medida em que certas classes são impedidas de residir ali, produzindo-se uma tendência a concentrar conteúdos homogêneos de renda (Mello, 1981, p.90).

Segundo Corrêa (1991, p.24-5) o processo de segregação na Zona Sul do Rio de Janeiro iniciou-se em meados dos anos 60 quando se começou a aplicar uma política de erradicação das favelas com o objetivo de afastar a classe menos favorecida, para promover a ocupação da área pelos grupos sociais de maior renda. Posteriormente, nesta área surgiram vários condomínios fechados.

Para Ribeiro (1997, p.311), o surgimento dos condomínios fechados no Rio de Janeiro obedeceu, no início dos anos 80, a uma nova estratégia imobiliária de obtenção de sobrelucros em função da localização das residências e da diferenciação do espaço.

Neste sentido se produz um "trasbordamento" em direção à Barra da Tijuca, visto que essa área já tinha recebido importantes transformações para melhorar a acessibilidade, como a aproximação do metrô, e, além disso, a redução das exigências para as edificações.

Segundo Souza (1996, p.54-5), os condomínios exclusivos da Barra da Tijuca são atraentes para os grupos de alta renda pela presença de fatores beleza natural e cênica, pelo *status* e nível de exclusividade que significa morar ali. Além disso, este autor reconhece a importância da segurança dessas moradias e do conforto que oferecem aos seus moradores como o comércio, serviços e as possibilidades de lazer e distração.

O'Neill (1983, p.126), estudando um condomínio da Zona Sul do Rio de Janeiro, conclui que a segregação assume características de auto-segregação nos condomínios exclusivos destinados aos grupos de renda elevada.

Podemos concluir que a segregação é um processo que atinge, tanto aos grupos de maior renda, quanto aos de menor poder aquisitivo. No caso dos primeiros, eles tendem a localizar-se em bairros arborizados, amplos, com completa infra-estrutura, em zonas em que o preço da terra impede o acesso a "qualquer um". Há também os condomínios exclusivos e fechados, com grandes áreas de lazer, com aparato de segurança e amplos estacionamentos. No caso dos grupos de baixa renda, têm como opção os conjuntos habitacionais, geralmente localizados em áreas distantes dos locais de trabalho e com um alto grau de insuficiência de infra-estrutura e serviços (Carlos, 1992, p.78).

Assim, como consequência da segregação, surge no espaço a cidade pobre e a cidade rica, separadas pelas classes médias (Santos, 1989, p.203). A cidade ou os bairros pobres surgem por crescimento espontâneo ou por um esforço planejado de construção, caracterizando-se, especialmente no primeiro caso, por ter um plano irregular e sofrer de subequipamento. No caso dos bairros ricos, estes se beneficiam da maioria dos equipamentos urbanos (Santos, 1989, p.189-90).

Do ponto de vista da **convivência social**, a segregação leva ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos, do diálogo entre as diferenças, conduzindo finalmente à fragmentação do espaço urbano (Beltrão Sposito, 1996, p.74).

Para Lefebvre (1983, p.139), a segregação destrói o urbano, já que ele é resultado da complexidade social. Esta complexidade se fundamenta na diferença, que dá a possibilidade a cada lugar de informar aos outros e de receber as informações dos outros. Contrário a esta dinâmica, a segregação corta a informação e conduz à uniformidade, em outras palavras, impede a convivência entre os diferentes grupos sociais e entre as distintas áreas da cidade.

Finalmente, a segregação implica uma alta **concentração espacial do poder político e econômico**. Segundo Vetter et al (1981, p.13-5), as áreas que concentram famílias de alto poder aquisitivo têm maior poder político, já que possuem maior capacidade de influenciar as decisões públicas em seu favor. Isto implica que suas demandas por serviços, geralmente, tendem a ser atendidas com maior rapidez que nos setores de menor padrão socioeconômico e com menor poder político. Esta dinâmica faz elevar os preços do solo e o status social dos bairros que concentram famílias de alta renda e, com isso, aumenta a atração que estas áreas exercem sobre tais famílias.

3 Considerações finais

Uma última reflexão sobre a segregação refere-se à distinção entre diferenciação social e segregação social. Com efeito, nem toda diferenciação social é segregação, pois o espaço urbano sempre caracterizou-se pelas diferenças sociais de seus habitantes. Sem dúvida, atualmente esta diferenciação alcançou tais níveis, que quebrou as instâncias de convivência entre as diferenças e separou espacialmente os distintos grupos sociais, o que leva a uma falsa "vida urbana" entre iguais, com quase nenhuma conexão com o resto dos habitantes da cidade. A esta fragmentação da convivência social urbana, associada à separação espacial dos diferentes grupos sociais, chamamos de segregação.

Nesta perspectiva, Salgueiro (1998, p. 39-40) propõe usar o termo segregação somente para a diferenciação social existente na cidade industrial, enquanto que na cidade atual ou pós-industrial, a diferenciação deveria ser chamada de fragmentação.

"O fato de defendermos que a cidade fragmentada substitui a cidade segregada não quer dizer que desapareçam as situações de segregação sócio-espacial (...) a fragmentação pode ser vista como uma segregação a escala micro..." (Salgueiro, 1998, p. 42). Tratando-se de um problema de escala, não concordamos com esta distinção e pensamos que é mais conveniente falar que na cidade atual a segregação foi intensificada e se expressa pela fragmentação espacial dos diferentes grupos e pela fragmentação das relações sociais entre eles.

Segundo (Gottdiener, 1993, p. 271-2), esta fragmentação espacial e social da cidade alterou as condições da vida no meio urbano, sendo duas as principais características deste processo:

"Primeiro, a segregação espacial de grupos sociais isentou a grande maioria da população de responsabilidade pelo menos afortunado, pois aquela não vive mais na vizinhança deste (...) presente e testemunha da progressiva marginalização e confinamento espacial daqueles grupos sociais menos capazes de desempenhar um papel ativo na economia política. Segundo, e mais importante, (...) a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas de convivência em favor da privacidade do lar. Os vizinhos se tornam cada vez mais estranhos devido à falta de experiências comuns, apesar da aparente superficial de convivência entre eles, à medida que a rede pessoal de transportes substitui a comunidade localizada do passado com suas relações sociais entre densas. As novas áreas de convivência são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica de consumo - os shopping centers, bares de solistas, parques de diversão e quintais suburbanos" (Gottdiener, 1993, p. 271-2)

Neste sentido é claro que a segregação representa uma contradição para o sentido mesmo da cidade. Com efeito, a cidade significa concentração de pessoas e atividades, complexidade funcional e convivência entre os grupos sociais. É evidente que a segregação elimina este último elemento, ao negar as trocas e o convívio entre os grupos de diferentes níveis socioeconômicos. Deste modo, na cidade atual, onde verifica-se o processo de segregação socioespacial, fragmenta-se, física e socialmente, a unidade e a coesão do espaço urbano.

4 Referências Bibliográficas

- BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Rev. de Geografia**, Dourados, n.4, p.71-85, set.-dez. 1996.
- BOGUS, Lúcia Maria Machado. Direito à cidade e segregação espacial. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v.5, n.2, p.47-50, abril-jun. 1991.
- BONDUKI, Nabil, ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Erminia (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p.117-54.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. 93p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994. 270p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 150p.
- CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. 4.ed. México: Siglo Veintiuno, 1977. 517p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3.ed. São Paulo: Atica, 1995. 94p.
- CORRÊA, Aureanice de Mello. **Condomínio novo Leblon, Barra da Tijuca, RJ: uma maturidade do capital**. Rio de Janeiro, 1991. 92p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GIST, Noel, FAVA, Sylvia. **La sociedad urbana**. Barcelona: Omega, 1968. 780p.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993. 310p.
- LEFEBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1983. 198p.
- LEVY, Evelyn. **Democracia nas cidades globais: um estudo sobre Londres e São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997. 231p.
- MELLO, Nilo David Coelho. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de estratificação sócio-espacial**. Rio de Janeiro, 1981. 151p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- O'NEILL, Maria Mônica. **Segregação residencial: um estudo de caso**. Rio de Janeiro, 1983. 173p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- O'NEILL, Maria Mônica. Condomínios exclusivos: um caso de estudo. **Rev. Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.48, n.1, p.63-81, jan.-mar. 1986.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano (original em inglês de 1916). In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.39-72.
- RIBEIRO, Luiz de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 352p.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pos-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, v.3, n.4, p.39-53, jan.-jun. 1998.
- SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1989. 214p.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p.21-36.

- SOUZA, Marcelo José Lopes de **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Atica, 1996. 87p.
- VETTER, David Michael et al. A apropriação dos benefícios das ações do Estado em áreas urbanas: seus determinantes e análise através de ecologia fatorial. **Espaço & Debates**. São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-37, dez. 1981.
- VILLAÇA, Flávio **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 373p.